

INTRODUÇÃO

A Prestação de Contas e o Relatório de Gestão são documentos primordiais que, no final de cada exercício, sintetizam e apresentam a atividade desenvolvida pelo Município de Ílhavo.

A elaboração dos documentos sobreditos é realizada sob a responsabilidade do Executivo Municipal, nos termos do n.º 1 da alínea i) do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e submetidos à apreciação e votação da Assembleia Municipal.

Na presente análise pretendemos mostrar uma análise económico-financeira e orçamental pormenorizada do exercício de 2019, a qual foi elaborada de acordo com os procedimentos estabelecidos no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, na sua redação atual, respetivas alterações, bem como outra legislação específica.

Sendo do conhecimento geral, a publicação do Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, aprovou o novo SNC-AP – Sistema de Normalização Contabilística para a Administração Pública, o que origina a revogação do POCAL e restantes planos setoriais em vigor.

O normativo em consideração seria de aplicação obrigatória a partir de 1 de janeiro de 2017, todavia, a sua plena entrada em vigor tem vindo a ser sucessivamente protelada por motivos de índole operacional.

A este propósito importa referir que, de acordo a proposta de lei do Orçamento do Estado para 2020, “*Em 2020, as entidades integradas no subsector da administração local aplicam o SNC-AP enquanto referencial contabilístico de 2020*”, ou seja, em termos práticos, estamos perante a entrada em vigor do novo normativo.

Assim, com vista a garantir a plena transição para o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, o Município de Ílhavo asseverou as diligências indispensáveis com vista à adoção do SNC-AP, sem prejuízo de a respetiva prestação de contas relativa a 2019 obedecer ainda às normas de contabilidade pública previstas no Decreto-Lei n.º 54-A/99.

Refira-se ainda que as contas do Município foram auditadas e certificadas, por auditor externo nomeado, nos termos do artigo 77.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, emitida pela “PALM - Pereira, Almeida Linhares, Monteiro & Associados, SROC, Lda.”.

ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA E ORÇAMENTAL

Ao longo do presente documento será apresentada uma análise da posição contabilística do Município de Ílhavo, reportada a 31 de dezembro de 2019, focada nas áreas patrimonial, orçamental e de resultados, espelhando ainda a situação da Autarquia face aos limites legais, nomeadamente o equilíbrio orçamental, dívida total, taxa de execução de receita e a evolução dos pagamentos em atraso.

A metodologia aplicada verte-se na elaboração de quadros, gráficos e rácios, de acordo com a informação retirada dos mapas da prestação de contas, através dos quais se pretende demonstrar o comportamento das variáveis mais relevantes da gestão municipal, não apenas no período em apreço, mas também a sua evolução face a exercícios anteriores.

A atividade de um Município reveste-se de objetivos muito específicos, que em vários aspetos se diferenciam de uma qualquer empresa, sem prejuízo de uma despublicização (atividades económicas privadas de interesse público) que se tem verificado nos últimos anos e que se está a acentuar, estando o enfoque, atual, mais direcionado para os resultados de determinada atividade do que na Entidade que o realiza (pública/privada). De facto, enquanto estas últimas transformam e/ou comercializam bens ou prestam serviços, com o objetivo de maximizar o seu lucro, importante parte da atividade dos Municípios está focada, não na produção de bens ou serviços, mas sim na satisfação das necessidades dos munícipes e desta forma contribuir para a melhoria da qualidade de vida das populações.

ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA

ATIVO						
Descrição	2019	%	2018	%	2017	%
ATIVO FIXO						
Bens de Domínio Público	54 258 079,55 €	30,40%	52 457 042,69 €	29,13%	52 568 062,64 €	29,30%
Imobilizado Incorpóreo	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
Imobilizado Corpóreo	103 216 263,87 €	57,84%	105 892 940,26 €	58,79%	106 087 222,81 €	59,13%
Investimentos Financeiros	3 250 276,58 €	1,82%	3 250 276,58 €	1,80%	3 663 384,44 €	2,04%
Total Ativo Fixo	160 724 620,00 €	90,06%	161 600 259,53 €	89,72%	162 318 669,89 €	90,47%
ATIVO CIRCULANTE						
Existências	214 942,02 €	0,12%	260 207,26 €	0,14%	250 023,40 €	0,14%
Dívidas de Terceiros	2 618 417,37 €	1,47%	4 693 320,90 €	2,61%	3 644 300,07 €	2,03%
Disponibilidades	3 436 754,39 €	1,93%	2 128 661,10 €	1,18%	1 993 373,74 €	1,11%
Total Ativo Circulante	6 270 113,78 €	3,51%	7 082 189,26 €	3,93%	5 887 697,21 €	3,28%
Acréscimos de Proveitos	11 442 436,61 €	6,41%	11 386 646,75 €	6,32%	11 208 799,75 €	6,25%
Custos Diferidos	22 804,55 €	0,01%	38 515,44 €	0,02%	1 646,81 €	0,00%
TOTAL DO ATIVO	178 459 974,94 €	100,00%	180 107 610,98 €	100,00%	179 416 813,66 €	100,00%

ESTRUTURA DO ATIVO

Imobilizado

O investimento continuado nos diversos objetivos e programas preconizados pelo Município e espelhados no Plano Plurianual de Investimento continuam, apesar das contrariedades económicas e financeiras que o País tem vindo a superar de forma sustentada, reflete uma boa capacidade de investimento do Município.

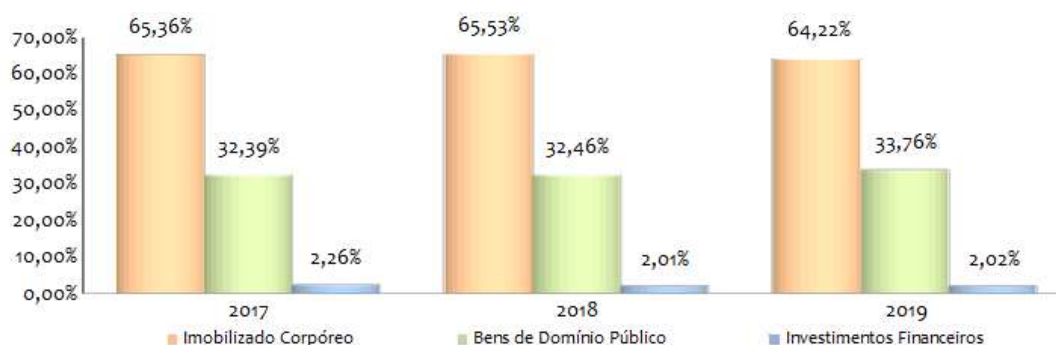
E tanto assim é que o decréscimo verificado na rubrica do ativo fixo líquido (investimento após correção das regularizações e amortizações) em 2019, apesar de todas as vicissitudes cifrou-se em 875.639,53€. Todavia, não considerando o valor das amortizações e reportando-nos somente ao valor das faturas registadas nas rubricas de imobilizado, constatamos que o valor de investimento foi de 3.608.897,07€ no final de 2019, sendo de 5.816.976,89€ em 2018 e de 5.164.679,40€ em 2017, o que se traduz num valor de investimento, na ótica patrimonial de cerca de 14.5 milhões de euros, neste triénio.

O ativo fixo corresponde a 90,06% do total do ativo, quando no ano de 2018 era de 89,72%.

Do valor de investimento financeiro temos que 32.500,00€ se encontra subscrito mas ainda não realizado (Capital PCI), que se prevê efetivar num curto prazo.

O valor do ativo fixo (líquido, isto é, após amortizações) em balanço é de 160.724.620,00€ correspondendo a uma exígua redução de 0,54% se comparado com 2018, o que é de destacar face ao valor já elevado do denominador.

Demonstramos de seguida a percentagem de cada rubrica na estrutura do imobilizado.



Dívidas de terceiros

O valor da rubrica dívidas de terceiros contabilizadas no final de 2019 sofreu um acentuado decréscimo de 2.074.903,53€ relativamente a 2018, cifrando-se em 2.618.417,37€, justificado essencialmente na redução do valor das comparticipações comunitárias com pedidos já submetidos, pendentes de recebimento no final do exercício.

Nesta rubrica estão considerados valores como o de clientes, contribuintes e utentes por receber, entre as quais a dívida de resíduos sólidos urbanos (RSU), a transferir pela AdRA, S.A., bem como dívidas de outras entidades com contrato estabelecido, como sejam:

- ✓ Comparticipações comunitárias com pedidos submetidos em 31/12/2019: 360.267,12€;
- ✓ Águas do Centro Litoral (AdCL) - extinta SIMRIA (faturação de caudais contratuais – reais): 1.232.172,19€;
- ✓ Vista Alegre Atlantis (cessão de exploração do Museu da Vista Alegre): 157.500€.

Disponibilidades

Quanto às disponibilidades (operações orçamentais e não orçamentais), estas representam um saldo de 3.436.754,39€. Desta forma e estabelecendo um paralelismo com o exercício de 2018 nota-se um acréscimo percentual (+38,06%).

Acréscimos e Diferimentos

Verifica-se que os mesmos representam 6,42% do ativo no ano de 2019, mencionado nas rubricas de acréscimos de proveitos e de custos diferidos.

À semelhança de exercícios anteriores, a expressividade da rubrica de acréscimos de proveitos encontra-se vertida na especialização dos impostos diretos.

Os montantes que espelham a rubrica de custos diferidos, embora pouco significativos, correspondem a assinaturas de livros e revistas bem como encargo com seguros, cujos custos devem ser reconhecidos em exercícios subsequentes.

ESTRUTURA DOS FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO

FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO						
Descrição	2019	%	2018	%	2017	%
PATRIMÓNIO, RESERVAS E RESULTADOS						
Património	85 583 692,96 €	47,96%	85 583 692,96 €	47,52%	85 583 692,96 €	47,70%
Reservas e Doações	8 792 206,39 €	4,93%	8 554 340,82 €	4,75%	8 407 009,20 €	4,69%
Resultados Transitados	21 426 486,84 €	12,01%	16 894 064,18 €	9,38%	14 069 093,99 €	7,84%
Resultado Líquido do Exercício	3 493 569,13 €	1,96%	4 757 311,49 €	2,64%	2 946 632,36 €	1,64%
Total dos Fundos Próprios	119 295 955,32 €	66,85%	115 789 409,45 €	64,29%	111 006 428,51 €	61,87%
PASSIVO						
Provisões para riscos e encargos	905 193,24 €	0,51%	914 588,52 €	0,51%	923 983,80 €	0,51%
Dívidas a Terceiros - M/L Prazo	7 543 579,80 €	4,23%	9 636 334,03 €	5,35%	12 268 919,61 €	6,84%
Dívidas a Terceiros - Curto Prazo	2 454 838,85 €	1,38%	3 550 198,12 €	1,97%	4 571 941,65 €	2,55%
Acréscimos de Custos	987 558,12 €	0,55%	726 759,79 €	0,40%	812 493,93 €	0,45%
Proveitos Diferidos	47 272 849,61 €	26,49%	49 490 321,07 €	27,48%	49 833 046,16 €	27,78%
Total do Passivo	59 164 019,62 €	33,15%	64 318 201,53 €	35,71%	68 410 385,15 €	38,13%
TOTAL DOS FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	178 459 974,94 €	100,00%	180 107 610,98 €	100,00%	179 416 813,66 €	100,00%

Fundos Próprios

No final do exercício de 2019, o saldo dos fundos próprios do Município era de 119.295.955,32€, correspondendo a uma variação positiva de cerca de 3,5 milhões de euros, ou seja, um aumento de 3,03%, face ao exercício de 2018.

Em termos percentuais, apresenta-se no gráfico infra a preponderância de cada rubrica na estrutura dos fundos próprios.



Dívidas a terceiros M/L Prazo

Verificou-se uma significativa diminuição nas dívidas de médio/longo prazo, em 21,72%, que na sua essência respeita às amortizações dos empréstimos ocorridas durante o exercício.

Para além do montante em dívida relativamente aos empréstimos bancários, encontra-se registado nesta rubrica o valor de 1,2M€ que respeita à AdCL (ex-SIMRIA), cujo montante será liquidado por conta de dividendos.

De referir ainda que o empréstimo bancário regista o montante referente ao período de médio e longo prazo, no caso a parcela que se vence para além do ano $n+1$.

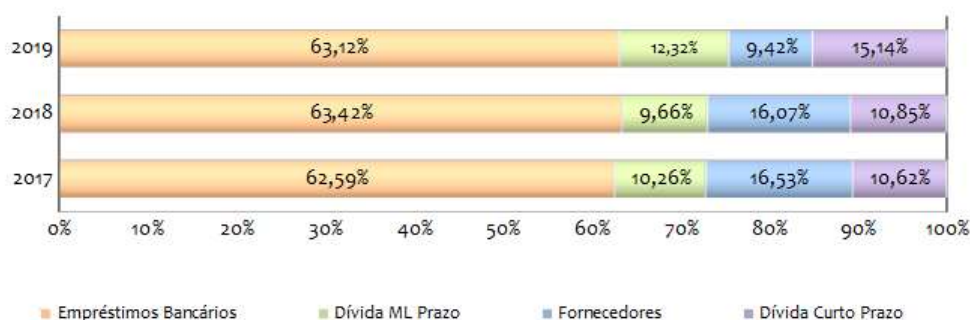
Dívidas a terceiros Curto Prazo

Já que no que concerne a dívidas a terceiros de curto prazo, verifica-se um decréscimo, no ano findo, em mais de um milhão de euros, o que corresponde em termos percentuais a 30,85%, isto apesar da prossecução de investimentos de impacto significativo, alguns dos quais transitaram para o ano ulterior, destacando-se a empreitada de Reabilitação do Antigo Quartel dos Bombeiros, e cuja liquidação dos valores faturados será materializada em 2019.

Encontra-se também nesta rubrica o registo contabilístico relativo à realização do capital social do FAM – Fundo de Apoio Municipal, que sofreu um ajustamento, de acordo com o artigo n.º 303 da Lei 114/2017 (OE2018), de 29 de dezembro.

Não obstante, e na senda dos exercícios anteriores, a dívida existente não coloca em causa o prazo médio de pagamentos do Município inferior aos 90 dias definidos por lei.

O quadro que se segue representa o peso de cada rubrica relativamente à dívida total.



Acréscimos e Diferimentos

Verifica-se que os mesmos representam 27,04% dos fundos próprios e passivo no ano de 2019, evidenciado nas rubricas de acréscimos de custos e de proveitos diferidos, esta última respeita no essencial a fundos comunitários recebidos para participações de obras e que agora são transferidos para a conta de proveitos extraordinários – subsídios para investimento, acompanhando proporcionalmente as respetivas amortizações ao longo da vida útil dos bens.

Sublinha-se que este montante apesar de se encontrar inscrito no passivo, não corresponde a nenhuma forma de dívida do Município, correspondendo unicamente ao diferimento de proveitos.

Em acréscimo de custos encontram-se registados os montantes estimados com remunerações a liquidar, que em 1 de janeiro de 2020, vencem os direitos de férias e subsídios de férias do pessoal, juros de empréstimos bancários e outros encargos de instalações, nomeadamente água, eletricidade, gás, comunicações, entre outros.

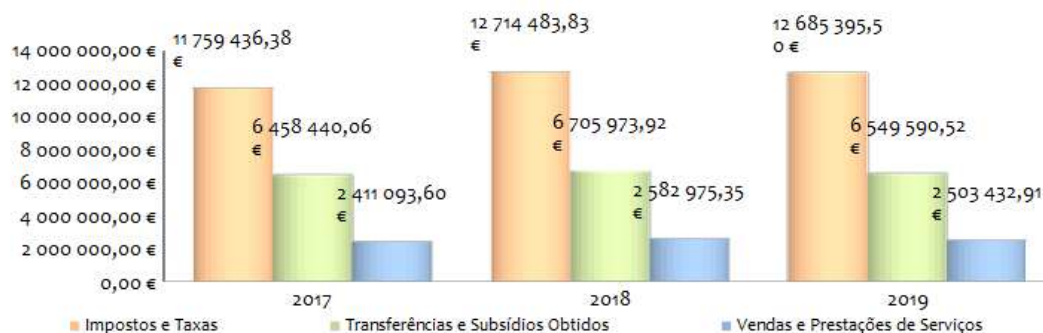
ANÁLISE DA SITUAÇÃO FINANCEIRA

PROVEITOS

Descrição	Quadro dos Proveitos					
	2019	%	2018	%	2017	%
Vendas e Prestações de Serviços	2 503 432,91 €	10,32%	2 582 975,35 €	10,56%	2 411 093,60 €	10,33%
Impostos e Taxas	12 685 395,50 €	52,29%	12 714 483,83 €	51,97%	11 759 436,38 €	50,40%
Variação da Produção	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
Trabalhos para a Própria Entidade	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
Proveitos Suplementares	44 528,85 €	0,18%	46 883,42 €	0,19%	40 563,52 €	0,17%
Transferências e Subsídios Obtidos	6 549 590,52 €	27,00%	6 705 973,92 €	27,41%	6 458 440,06 €	27,68%
Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	54 284,95 €	0,22%	59 350,18 €	0,24%	51 056,47 €	0,22%
Proveitos e Ganhos Financeiros	464 021,51 €	1,91%	534 040,20 €	2,18%	617 881,27 €	2,65%
Proveitos e Ganhos Extraordinários	1 957 576,79 €	8,07%	1 822 981,21 €	7,45%	1 995 192,64 €	8,55%
Total de Proveitos	24 258 831,03 €	100,00%	24 466 688,11 €	100,00%	23 333 663,94 €	100,00%

As rubricas mais significativas na estrutura dos proveitos são as de “Impostos e taxas” e “Transferências e subsídios obtidos” que representam respetivamente, 52,29% e 27,00%. O peso da primeira das rubricas, em termos de valor, registou uma diminuição relativamente ao exercício anterior de 0,23%, salientando-se aqui o acréscimo verificado nas rubricas do imposto municipal s/ as transmissões onerosas de imóveis e de imposto único de circulação em 332.842,42€ e 35.644,91€, respetivamente.

Em sentido oposto, verificou-se uma diminuição, embora menos significativa, na receita do imposto municipal s/ imóveis em 76.620,21€ (-0,98%) e, mais expressiva, de 208.587,51€ (-15,74%) na receita de derrama, isto quando comparando com o período homólogo de 2018.



Nota-se um muito ligeiro aumento da dependência do Município relativamente à rubrica de receitas “Impostos e Taxas”, que passou de 51,97% para 52,29%, podendo sujeitar o Município a oscilações anuais, em função do consagrado na Lei do Orçamento de Estado para cada ano ou daquilo que for decidido pelos órgãos municipais em cada ano relativamente às taxas de IMI ou da Participação no IRS ou ainda da Derrama.

Na rubrica “Vendas e Prestações de Serviços” notou-se em 2019 um decréscimo de 79.542,44€, comparativamente com o exercício anterior.

Em termos absolutos, verificou-se uma diminuição de 207.857,08€, nos proveitos totais relativamente ao exercício de 2018, correspondendo a um decréscimo de 0,85%.

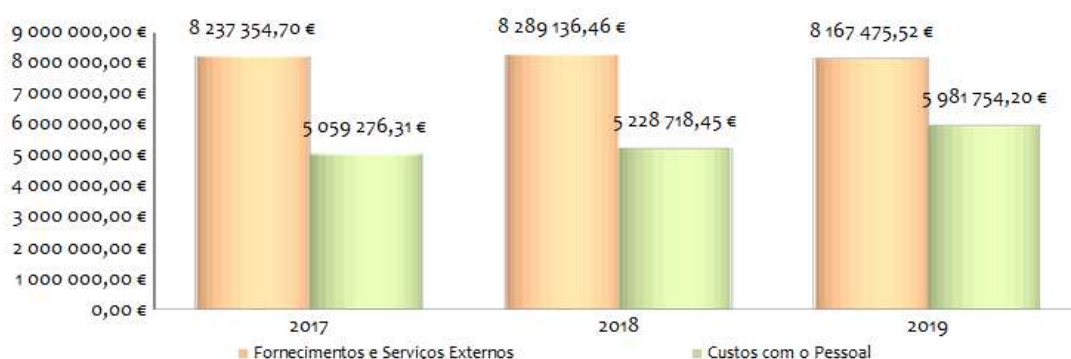
CUSTOS

Descrição	Quadro dos Custos					
	2019	%	2018	%	2017	%
CMVMC	11 839,20 €	0,06%	10 910,35 €	0,06%	16 699,17 €	0,08%
Fornecimentos e Serviços Externos	8 167 475,52 €	39,33%	8 289 136,46 €	42,06%	8 237 354,70 €	40,40%
Custos com o Pessoal	5 981 754,20 €	28,81%	5 228 718,45 €	26,53%	5 059 276,31 €	24,82%
Transf. e Subsídios Concedidos e Prestações Sociais	333 210,02 €	1,60%	367 529,78 €	1,86%	364 520,09 €	1,79%
Amortizações do Exercício	4 337 729,47 €	20,89%	4 181 072,07 €	21,21%	4 447 528,31 €	21,82%
Provisões do Exercício	21 658,59 €	0,10%	26 250,67 €	0,13%	130 296,49 €	0,64%
Outros Custos e Perdas Operacionais	37 350,51 €	0,18%	32 103,55 €	0,16%	20 449,16 €	0,10%
Custos e Perdas Financeiras	67 464,81 €	0,32%	187 135,09 €	0,95%	237 918,77 €	1,17%
Custos e Perdas Extraordinárias	1 806 779,58 €	8,70%	1 386 520,20 €	7,03%	1 872 988,58 €	9,19%
Total de Custos	20 765 261,90 €	100,00%	19 709 376,62 €	100,00%	20 387 031,58 €	100,00%

As rubricas mais preponderantes na estrutura de custos, excluindo as amortizações do exercício, são os “Fornecimentos e serviços externos” e os “Custos com o pessoal”, que representam 39,33% e 28,81%, respetivamente, sendo que a primeira percentagem denota uma ligeira variação relativamente à verificada em 2018, o que demonstra um eficiente controlo dos custos.

Salienta-se um acréscimo de cerca de 750 mil euros na rubrica “Custos com o pessoal”, justificado pelas atualizações salariais ocorridas, decorrentes do descongelamento de carreiras, bem como por força dos concursos de admissão de pessoal abrangidos pelo programa de regularização extraordinária dos vínculos precários na Administração Pública (PREVPAP). Contribuiu, também, para este acréscimo a alteração da estrutura orgânica interna da Câmara Municipal, registada em 2019, onde foi levada a cabo uma reorganização de serviços em forma de reestruturação.

Verifica-se ainda na rubrica de amortizações do exercício um aumento em cerca de 155 mil euros.



Foram reforçadas as provisões de cobrança duvidosa, nomeadamente aquelas que respeitam aos valores de resíduos sólidos urbanos cuja cobrança é realizada pela AdRA, totalizando o montante de 21.658,59€. As flutuações verificadas nas rubricas de “Custos e perdas financeiras” e “Custos e perdas extraordinárias” são explicadas nas notas que se seguem.

RESULTADOS

Resultados Operacionais				
Descrição	2019	2018	2017	Variação 2019/18
Proveitos Operacionais				
Vendas e Prestações de Serviços	2 503 432,91 €	2 582 975,35 €	2 411 093,60 €	-79 542,44 €
Impostos e Taxas	12 685 395,50 €	12 714 483,83 €	11 759 436,38 €	-29 088,33 €
Proveitos Suplementares	44 528,85 €	46 883,42 €	40 563,52 €	-2 354,57 €
Transferências e Subsídios Obtidos	6 549 590,52 €	6 705 973,92 €	6 458 440,06 €	-156 383,40 €
Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	54 284,95 €	59 350,18 €	51 056,47 €	-5 065,23 €
Sub-total	21 837 232,73 €	22 109 666,70 €	20 720 590,03 €	-272 433,97 €
Custos Operacionais				
CMVMC	11 839,20 €	10 910,35 €	16 699,17 €	928,85 €
Fornecimentos e Serviços Externos	8 167 475,52 €	8 289 136,46 €	8 237 354,70 €	-121 660,94 €
Custos com o Pessoal	5 981 754,20 €	5 228 718,45 €	5 059 276,31 €	753 035,75 €
Transf. e Subsídios Concedidos e Prestações Sociais	333 210,02 €	367 529,78 €	364 520,09 €	-34 319,76 €
Amortizações do Exercício	4 337 729,47 €	4 181 072,07 €	4 447 528,31 €	156 657,40 €
Provisões do Exercício	21 658,59 €	26 250,67 €	130 296,49 €	-4 592,08 €
Outros Custos e Perdas Operacionais	37 350,51 €	32 103,55 €	20 449,16 €	5 246,96 €
Sub-total	18 891 017,51 €	18 135 721,33 €	18 276 124,23 €	755 296,18 €
Resultados Operacionais	2 946 215,22 €	3 973 945,37 €	2 444 465,80 €	-1 027 730,15 €

A análise do quadro supra, permite-nos concluir que os proveitos operacionais continuam a ultrapassar substancialmente, os custos de igual natureza, refletindo-se em resultados operacionais em quase 3,0 milhões de euros.

A diminuição verificada face a 2018, prende-se fundamentalmente com o aumento dos custos com o pessoal, de acordo com a justificação dada anteriormente, bem como o aumento das amortizações do exercício. Para além dos acréscimos mencionados, concorre também para este resultado o decréscimo nas rubricas de vendas e prestações de serviços e transferências e subsídios obtidos.

Resultados Financeiros				
Descrição	2019	2018	2017	Variação 2019/18
Proveitos e Ganhos Financeiros	464 021,51 €	534 040,20 €	617 881,27 €	-70 018,69 €
Custos e Perdas Financeiras	67 464,81 €	187 135,09 €	237 918,77 €	-119 670,28 €
Resultados Financeiros	396 556,70 €	346 905,11 €	379 962,50 €	49 651,59 €

Nos resultados financeiros, notou-se um aumento em valores absolutos e que se cifra em 49.651,59€.

Refira-se que na rubrica de proveitos e ganhos financeiros é imputada, anualmente e por um período de 50 anos, a quota-parte da retribuição no âmbito do contrato de concessão de água e saneamento, e que se cifra em cerca de 230 mil euros anuais.

Salienta-se ainda a continuada e meritória diminuição na rubrica de custos e perdas financeiras, bastante perceptível, justificada pelo parco débito de juros de mora, resultado do cumprimento dos prazos estabelecidos pelos fornecedores para liquidação dos seus documentos, bem como pela diminuição dos encargos com os juros dos empréstimos bancários, que neste último caso contribuiu para uma clara

poupança na componente de juros financeiros (cerca de 70 mil euros), o empréstimo contraído junto do BPI, para fazer face à liquidação antecipada da dívida total do empréstimo PAEL, e que possibilitou a obtenção de melhores condições.

Resultados Extraordinários				
Descrição	2019	2018	2017	Variação 2019/18
Proveitos e Ganhos Extraordinários	1 957 576,79 €	1 822 981,21 €	1 995 192,64 €	134 595,58 €
Custos e Perdas Extraordinárias	1 806 779,58 €	1 386 520,20 €	1 872 988,58 €	420 259,38 €
Resultados Extraordinários	150 797,21 €	436 461,01 €	122 204,06 €	-285 663,80 €

Na análise efetuada aos resultados extraordinários, verifica-se uma diminuição em termos absolutos que se cifra em 285.663,80€, relativamente ao exercício anterior, que se justifica de seguida.

A variação em cerca de 400 mil euros na rubrica custos e perdas extraordinárias, quando comparada com o exercício anterior, pelo reforço no apoio às Freguesias, traduzindo-se num aumento de 50 mil euros, assim como pelo pagamento dos protocolos, entre outros, destaca-se o apoio à Associação Humanitária dos Bombeiros em cerca de 140 mil euros. Concorreu, igualmente, para o acréscimo desta rubrica a liquidação da última tranche, à Comunidade Intermunicipal de Aveiro (CIRA), referente à comparticipação camarária do projeto Polis Ria de Aveiro.

Por força de uma profunda reorganização do espaço dos armazéns gerais muito do material aí existente, obsoleto e com décadas, foi abatido e alienado num valor próximo de sessenta mil euros.

Igualmente no âmbito de uma prestação de serviços para a melhoria dos procedimentos de tratamento do IVA a Autoridade Tributária não veio a aceitar uma verba próxima dos 80 mil euros dos 271 mil euros em processo de recuperação relativo aos anos de 2013 a 2015.

Estes dois últimos valores foram afetos à rubrica contabilística de custos e perdas extraordinárias.

Destaca-se na rubrica de proveitos extraordinários os valores recebidos a título da renda de concessão da EDP, ao ritmo de uma tranche (182 mil euros) por trimestre, assim como cerca de 50 mil euros respeitantes a venda de lotes e prédio rústico. Encontra-se igualmente contabilizado na rubrica sobredita, os dividendos respeitantes à participação que o Município de Ílhavo detém da entidade AdRA. Em igual sentido, foram regularizados e transferidos para esta rubrica os valores que respeitam à proporcionalidade dos fundos comunitários recebidos para comparticipações de obras.

Quadro dos Resultados				
Descrição	2019	2018	2017	Variação 2019/18
Resultados Operacionais	2 946 215,22 €	3 973 945,37 €	2 444 465,80 €	-1 027 730,15 €
Resultados Financeiros	396 556,70 €	346 905,11 €	379 962,50 €	49 651,59 €
Resultados Correntes	3 342 771,92 €	4 320 850,48 €	2 824 428,30 €	-978 078,56 €
Resultados Extraordinários	150 797,21 €	436 461,01 €	122 204,06 €	-285 663,80 €
Resultado Líquido do Exercício	3 493 569,13 €	4 757 311,49 €	2 946 632,36 €	-1 263 742,36 €

O resultado líquido do exercício tem a sua origem fundamentalmente na atividade operacional, ao qual é somado o contributo dos resultados financeiros e resultados extraordinários, evidencia também que os custos da autarquia se encontram controlados, sendo substancialmente inferiores aos proveitos, e que traduz uma capacidade de o município gerar receita, para fazer face às suas despesas, criando assim margem para, de forma sustentável, continuar a consolidar o investimento.

O Município de Ílhavo encerrou as suas contas referente ao exercício económico de 2019 com um resultado líquido de 3.493.569,13€, valor inferior quando estabelecido um paralelismo com o período homólogo de 2018. Não obstante, o resultado evidenciado é bastante meritório em mais um ano particularmente difícil, com a manutenção de uma atividade económica, embora que em crescendo, ainda bastante vulnerável aos mercados globais, mas que demonstra que é possível manter os resultados francamente positivos como os obtidos com níveis de investimento realizado, com a permanência dos eventos municipais já tradicionais e de toda a atividade regular de um Município, sem esquecer a concretização do assíduo reforço do apoio ao tecido associativo bem como às Juntas de Freguesia, que neste último caso se cifrou em 350.000,00€.

Ao longo do triénio, os resultados evoluíram conforme gráfico que se segue.



INDICADORES

Rácios		2019	2018
Rendibilidade Líquida do Ativo	$\frac{\text{Resultado Líquido}}{\text{Ativo Total}}$	1,96%	2,64%
Liquidez Geral	$\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Exigível a Curto Prazo}}$	255,42%	199,49%
Liquidez Imediata	$\frac{\text{Disponibilidades}}{\text{Passivo Exigível a Curto Prazo}}$	140,00%	59,96%
Índice de Insolvência	$\frac{\text{Divida a Terceiros}}{\text{Ativo Total}}$	5,60%	7,32%
Solvabilidade	$\frac{\text{Fundos Próprios}}{\text{Passivo Total}}$	201,64%	180,03%
Índice de Autonomia	$\frac{\text{Fundos Próprios}}{\text{Ativo Total}}$	66,85%	64,29%
Cobertura do Imobilizado por Capitais Permanentes	$\frac{\text{Capitais Permanentes}}{\text{Imobilizado Líquido}}$	78,92%	77,61%

A **Rendibilidade Líquida do Ativo**, permite aferir da relação entre os Resultados Líquidos e o Ativo, bem como a relação entre custos e proveitos. O resultado deste rácio indica que no exercício de 2019, existiu uma gestão equilibrada dos meios colocados à disposição, com os custos a serem menores que os proveitos em cerca de 1,96% do ativo.

A regra do equilíbrio financeiro preconiza que a **Liquidez Geral**, em termos percentuais, seja superior a 100%, significando nesse caso que não se aproxima situação de dificuldades no que respeita a tesouraria. As finanças do Município em 2019, superaram amplamente esse valor, com este rácio a atingir os 255,42%, e demonstrando uma evolução positiva face a 2018.

A **Liquidez Imediata** mede a existência atual, de dificuldades de tesouraria. O Município apresenta em disponibilidades o valor de 140,00%, das suas dívidas de curto prazo, sendo entendidas como dívidas de curto prazo, o valor do Fundo de Apoio Municipal (valor realizável em 2020) e restantes dívidas a terceiros. Isto traduz o cumprimento do preceito legal, que obriga o Município a ter em disponibilidades para liquidar de imediato o total das cauções retidas em dinheiro a terceiros e operações de tesouraria, cujo montante em 31/12/2019 se cifrava em 1.284.289,30€.

O **Índice de Solvência** indica a capacidade que a edilidade tem, para com o seu ativo, fazer face aos compromissos assumidos. O valor de 5,60% traduz a fraca dependência relativamente aos credores, logo a garantia do cumprimento das suas obrigações para com terceiros. A melhoria deste indicador de 2018 para 2019, reflete o aumento do ativo municipal e a redução do passivo bancário.

O rácio de **Solvabilidade** indica a capacidade para solver os compromissos de carácter financeiro. O valor indicado por este rácio é de 201,64% (180,03% em 2018), ou seja, o valor do património é suficiente para cobrir todas as dívidas do Município, tendo até o Município aumentado o montante dos seus Fundos Próprios em 3,03%.

A estrutura do financiamento das ações da autarquia pode ser analisada, através do **Índice da Autonomia**, que mede até que ponto a atividade está a ser financiada com capitais angariados pela edilidade, o rácio de 66,85%, evidencia que nas iniciativas municipais o recurso a crédito de terceiros tem uma dimensão reduzida.

A **Cobertura do Imobilizado por Capitais Permanentes** evidencia o valor do imobilizado coberto pelos Fundos Próprios e do recurso ao crédito junto da banca, bem como de terceiros com prazos superiores a 1 ano. O valor deste rácio (78,92%) revela a capacidade da autarquia em alavancar o investimento com recurso a capitais alheios, principalmente financiamento comunitário.

O Município de Ílhavo possuía a 31/12/2019 liquidez de tesouraria, uma posição financeira sólida, derivada de um elevado e crescente grau de autonomia face a credores conjugado com um forte peso do ativo fixo e uma situação económica, em que os proveitos operacionais excedem largamente os custos operacionais, os custos financeiros foram substancialmente inferiores aos proveitos financeiros e os proveitos extraordinários superaram também os custos extraordinários. No global os proveitos são superiores aos custos, traduzindo-se num resultado líquido amplamente positivo de cerca de 3,5 milhões de euros.

Os valores obtidos nos rácios apresentados demonstram que o Município tem capacidade de satisfazer os seus compromissos financeiros de longo prazo, como aliás tem sido seu apanágio.

ANÁLISE DA SITUAÇÃO ORÇAMENTAL

Para a uma análise mais detalhada da estrutura orçamental do Município de Ílhavo deve-se ter em consideração os mapas de execução do orçamento (receita e despesa) que acompanham os documentos de Prestação de Contas.

ORÇAMENTO

Resumo do Orçamento

O princípio do equilíbrio orçamental, consagrado no ponto 3.1.1 do POCAL, estabelece que o Orçamento deve prever os recursos necessários para cobrir todas as despesas e ainda que as receitas correntes devem ser pelo menos iguais às despesas correntes.

A execução orçamental do Município de Ílhavo, para além do cumprimento deste princípio, canaliza a formação da poupança corrente, que se cifrou em cerca de 7,1M€, no financiamento de despesas de capital.

A taxa de execução do orçamento da receita atingiu os 88,76%, com um total arrecadado de 26.090.716,58€, quando o grau de execução nos períodos homólogos de 2017 e 2018, cifravam-se em 85,09% e 85,88%, respetivamente.

As receitas correntes cobradas brutas ascenderam a 22.548.422,67€, e em contrapartida o montante total executado de receitas de capital ascende a 2.676.995,84€.

A despesa executada foi de 24.067.805,92€, o que se traduz num nível de execução de 81,88%, quando em período homólogo de 2018 era de 83,25% e em 2017 de 82,25%, respetivamente.

Foi executado o montante de 15.452.268,07€, das despesas correntes orçadas, sendo que no que respeita a despesas de capital, esse valor cifrou-se em 8.615.537,85€.

O quadro infra demonstra a evolução da execução orçamental de 2019 comparativamente com os valores executados no exercício de 2018.

Descrição	2019	2018	Variação
Receitas Cobradas Brutas	26 220 271,01 €	29 617 304,32 €	-3 397 033,31 €
Despesas Pagas	24 067 805,92 €	28 625 173,50 €	-4 557 367,58 €
Saldo	2 152 465,09 €	992 130,82 €	1 160 334,27 €

De acordo com o quadro seguinte, verificamos que o Município de Ílhavo apresentou em 2019 um saldo global de 3,3 milhões de euros, que reflete a diferença entre as receitas efetivas (receitas totais subtraídas dos ativos e passivos financeiros) e as despesas efetivas (despesas totais menos os ativos e passivos financeiros), quando em 2018 esse saldo cifrava-se em 2,5M€.

Por outras palavras, o saldo apresentado em 2019 representa que o equilíbrio das contas não assenta na obtenção de financiamento externo, mas antes na capacidade de autofinanciamento do Município, resultado de uma gestão eficiente da despesa, permitindo uma redução gradual da dívida municipal, sem contudo colocar em causa os investimentos estratégicos do concelho de Ílhavo.

Descrição	2019	2018	Variação
Receitas Correntes Cobradas Brutas	22 548 422,67 €	22 555 718,19 €	-7 295,52 €
Receitas de Capital (efetiva)	1 676 995,84 €	522 340,71 €	1 154 655,13 €
Receita Efetiva (1)	24 225 418,51 €	23 078 058,90 €	1 147 359,61 €
Despesas Correntes	15 452 268,07 €	14 659 597,44 €	792 670,63 €
Despesas de Capital (efetiva)	5 481 472,86 €	5 911 437,83 €	-429 964,97 €
Despesa Efetiva (2)	20 933 740,93 €	20 571 035,27 €	362 705,66 €
Saldo Corrente	7 096 154,60 €	7 896 120,75 €	-799 966,15 €
Saldo Capital	-3 804 477,02 €	-5 389 097,12 €	1 584 620,10 €
Saldo Global (1) - (2)	3 291 677,58 €	2 507 023,63 €	784 653,95 €

RECEITA

Execução Orçamental da Receita

A análise da receita far-se-á comparando os valores previstos com os efetivamente cobrados, em 2019, bem como a sua evolução ao longo de períodos anteriores, identificando as parcelas mais relevantes da estrutura da receita, assim como justificar as principais variações.

Serão analisadas a execução e a evolução da receita global e das suas componentes, corrente e de capital.

Evolução da Receita

Da análise do gráfico infra verificamos que receita total (expurgado o valor das reposições não abatidas nos pagamentos bem como do saldo de gerência anterior) obteve uma diminuição de 11,98% relativamente ao ano de 2018, o que significa um decréscimo de cerca 3,4M euros, justificado essencialmente pela contração do empréstimo de médio e longo prazo, contraído junto do BPI, em 2018, para fazer face à liquidação antecipada da dívida total do empréstimo PAEL, e que permitiu neste exercício uma poupança de 70 mil euros na componente de juros financeiros.

Em 2019, as receitas correntes diminuíram ligeiramente 48.437,37 de euros (-0,22), tendo as receitas de capital diminuído cerca de 3,4M euros (-55,71%), esta última justificada no parágrafo anterior.

Fazendo a análise estrutural da receita cobrada em 2019, constata-se que a componente corrente é superior à de capital. Em termos de peso relativo na receita total, a receita corrente e a de capital representam 89,33% e 10,67%, respetivamente.



As receitas provenientes dos impostos diretos com cerca de 11,9 milhões de euros constituem a fonte de receita com maior peso relativo, 53,31% do total arrecadado, seguidas das transferências correntes e venda de bens e serviços (8,9 M€), que em 2019 foram responsáveis por 39,62% da receita do Município.

Grau de Execução da Receita

Quando comparamos a receita cobrada com a prevista, constatamos que a taxa de execução do orçamento da receita em 2019 foi de 88,76%, tendo sido arrecadado o montante de 26.090.716,58 milhões de euros dos 29.394.000 milhões de euros orçamentados.

Analisando separadamente as componentes corrente e de capital, observamos que se atingiram taxas de execução de 104,74% e 38,27%, respetivamente, correspondendo a um desvio aproximado de 1 milhão de euros na receita corrente, tendo a de capital ficado aquém do orçamentado em 4,3 M€.

No que a receita corrente diz respeito, o desvio verificado justifica-se com o encaixe em cerca de 475 mil euros do imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis comparativamente com o previsto, embora compreensível dado que se cumpriu com a regra previsional do registo do valor em função da média dos 24 meses anteriores à data da elaboração do orçamento.

No mesmo sentido, também se verificou um montante arrecadado superior ao previsto, relativamente ao imposto único de circulação e da derrama. Somente o imposto municipal sobre imóveis ficou ligeiramente abaixo do previsto em cerca de 80 mil euros.

Quanto aos impostos diretos, a taxa de execução atingiu a percentagem de 124,25% enquanto que a rubrica de taxas, multas e outras penalidades, quedou-se pelos 74,39 pontos percentuais. A estabilização dos valores arrecadados nestas rubricas, quando comparados com o exercício transato, é fruto da atualização ocorrida no regulamento municipal de taxas e outras receitas do município, apesar do decréscimo verificado na rubrica de taxas, multas e outras penalidades, que resulta de uma receita de carácter excecional, ocorrida em 2018, no montante de 112 mil euros, respeitante a taxas de loteamento e obras.

Relativamente à componente de capital, o principal motivo para o desvio verificado prende-se com uma execução (19%) abaixo do previsto no atraso de recebimento de verbas comunitárias de projetos financiados.

Em sentido contrário, as receitas resultante das vendas de bens de investimento, obtiveram uma taxa de execução elevada, justificada pela receita angariada proveniente da venda de diversos lotes e de prédio rústico.

Em comparação com os períodos homólogos de 2017 (85,09%) e 2018 (85,88%), concluímos que em 2019 se registou uma tendência positiva na taxa de execução da receita global (88,76%) e que este executivo pretende continuar a manter acima dos 85%.

Por conseguinte, a execução do orçamento da receita acima dos 85%, no triénio em análise, atesta a capacidade de realização de receita do Município de Ílhavo, e o rigor das previsões efetuadas.

Receita	Previsões Corrigidas	Receita Cobrada Líquida		Variação	% Execução
		€	%		
RECEITA CORRENTE	21 404 192,00 €	22 418 868,24 €	85,93%	1 014 676,24 €	104,74%
IMPOSTOS DIRETOS	11 400 300,00 €	11 950 551,41 €	45,80%	550 251,41 €	104,83%
IMPOSTOS INDIRETOS	322 500,00 €	400 719,60 €	1,54%	78 219,60 €	124,25%
TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	485 200,00 €	360 962,89 €	1,38%	-124 237,11 €	74,39%
RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	630 400,00 €	813 615,70 €	3,12%	183 215,70 €	129,06%
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	5 763 892,00 €	5 981 900,94 €	22,93%	218 008,94 €	103,78%
VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	2 801 600,00 €	2 901 350,36 €	11,12%	99 750,36 €	103,56%
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	300,00 €	9 767,34 €	0,04%	9 467,34 €	3255,78%
RECEITA DE CAPITAL	6 994 750,00 €	2 676 995,84 €	10,26%	-4 317 754,16 €	38,27%
VENDAS DE BENS DE INVESTIMENTO	1 300,00 €	62 354,73 €	0,24%	61 054,73 €	4796,52%
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	5 991 950,00 €	1 613 610,61 €	6,18%	-4 378 339,39 €	26,99%
ATIVOS FINANCEIROS	0,00 €	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
PASSIVOS FINANCEIROS	1 001 300,00 €	1 000 000,00 €	3,83%	-1 300,00 €	99,87%
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	200,00 €	1 030,50 €	0,00%	830,50 €	515,25%
REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	2 927,18 €	2 721,68 €	0,01%	-205,50 €	92,98%
SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR	992 130,82 €	992 130,82 €	3,80%	0,00 €	100,00%
	29 394 000,00 €	26 090 716,58 €		-3 303 077,92 €	88,76%

A observação do quadro supra permite-nos analisar a estrutura e respetiva execução da receita corrente e de capital.

Receita Corrente

Os impostos diretos, com uma execução de 104,83 %, representam a maior parcela de receita corrente, com um peso relativo de 53,31%, totalizando mais de 12,1 milhões de euros. Destes, cerca de 7,8 milhões de euros foram cobrados em sede de imposto municipal s/ imóveis, 2,1 milhões de euros respeitantes a imposto municipal s/ transmissões onerosas de imóveis, 1,1 milhões de euros referentes ao valor arrecadado de derrama e aproximadamente 1,1 milhões de euros no que concerne ao imposto único de circulação, cuja comparação da receita cobrada bruta, ao longo do último triénio, se encontra no quadro que se segue:

Descrição	2017	%	2018	%	2019	%	2019/2018
Impostos Diretos	10 951 029,66 €	100,00%	11 996 826,23 €	100,00%	12 080 105,84 €	100,00%	0,69%
Imposto Municipal S/ Imóveis	7 745 838,29 €	70,73%	7 829 322,77 €	65,26%	7 752 702,56 €	64,18%	-0,98%
Imposto Único de Circulação	965 867,70 €	8,82%	1 039 206,71 €	8,66%	1 074 851,62 €	8,90%	3,43%
Imposto Municipal s/ as Transmissões Onerosas de Imóveis	1 586 925,36 €	14,49%	1 803 441,79 €	15,03%	2 136 284,21 €	17,68%	18,46%
Derrama	652 398,31 €	5,96%	1 324 854,96 €	11,04%	1 116 267,45 €	9,24%	-15,74%

No que respeita aos impostos indiretos geraram uma receita de 400 mil de euros, quando a rubrica de taxas, multas e outras penalidades obteve cerca de 360 mil euros.

Confirmando o panorama de exercícios anteriores, podemos observar que os impostos diretos e as transferências correntes representam 68,73% das receitas totais do Município.

Com uma cobrança total de 12,7 milhões de euros em 2019, o agregado das receitas provenientes dos impostos diretos, indiretos e taxas, multas e outras penalidades representam 56,70% das receitas correntes.

Analisando os valores, apercebemo-nos da evolução dos principais grupos da receita corrente.

Desta forma, destaca-se também o peso relativo que as transferências correntes assumiram neste exercício, cerca de 26,68% do total das receitas correntes, de acordo com a seguinte distribuição:

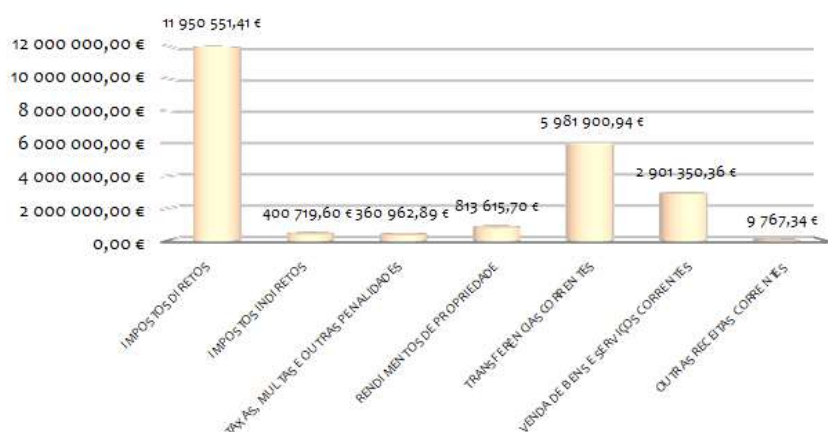
Descrição	2017	%	2018	%	2019	%	2019/2018
Transferências Correntes	6 082 484,96 €	92,57%	6 022 718,66 €	93,69%	5 981 900,94 €	78,76%	-0,68%
Administração Central	6 046 094,65 €	99,40%	6 008 069,24 €	99,76%	5 967 355,14 €	99,76%	-0,68%
Fundo de Equilíbrio Financeiro	3 167 890,00 €	52,08%	3 109 746,00 €	51,63%	2 964 434,00 €	49,56%	-4,67%
Fundo Social Municipal	612 085,00 €	10,06%	612 085,00 €	10,16%	612 085,00 €	10,23%	0,00%
Participação Variável IRS	1 647 445,00 €	27,09%	1 798 741,00 €	29,87%	1 886 873,00 €	31,54%	4,90%
Outros	618 674,65 €	10,17%	487 497,24 €	8,09%	503 963,14 €	8,42%	3,28%
Administração Local	36 390,31 €	0,60%	14 649,42 €	0,24%	14 545,80 €	0,24%	-0,71%

Note-se ainda o peso das vendas e prestações de serviços que se cifra em 12,94%, das receitas correntes e de 11,12% do total das receitas.

Podemos concluir que em 2019 a receita corrente se mantém como principal fonte de recursos municipais e revela-se fundamental para a manutenção da capacidade de autofinanciamento do Município.

O excedente desta receita que não é utilizado em Despesas Correntes, cerca de 7,1 milhões de euros, fruto do cumprimento do princípio orçamental do duplo equilíbrio, foi aplicado em despesas de capital.

O gráfico infra espelha o peso de cada uma das parcelas nas receitas correntes líquidas.



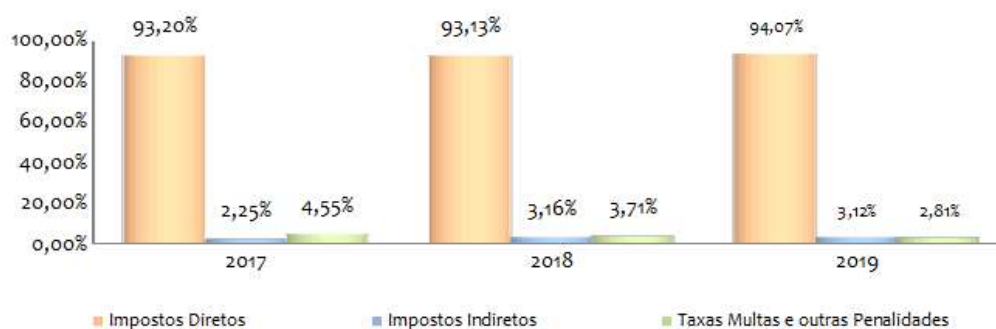
Receitas Fiscais

As Receitas Fiscais, englobando os impostos diretos, os impostos indiretos e as taxas, multas e outras penalidades, constituem a parcela mais representativa das receitas correntes, com um peso relativo de 56,70%, de acordo com a análise detalhada que se segue.

Os Impostos Diretos cobrados representam a maior parcela das receitas fiscais, com um peso relativo de 94,01% e um total arrecadado de 11,96 milhões de euros, similar quando comparado com ano anterior, resultado do aumento das cobranças de imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis (+18,46%) e pela cobrança de imposto único de circulação (+3,43%). Em sentido inverso, verificou-se uma ligeira diminuição na receita arrecadada de imposto municipal sobre imóveis (-0,98%) e, de forma mais acentuada, na cobrança de derrama (+15,74%).

As receitas provenientes dos impostos indiretos mantiveram-se na mesma ordem de grandeza estabelecendo paralelismo com o exercício transato. Por outro lado, a diminuição (-24,40%) verificada na rubrica taxas, multas e outras penalidades, resultante da receita de carácter excecional justificada no tema do grau de execução da receita.

O gráfico infra evidencia a evolução, em termos percentuais, por capítulo das receitas fiscais:



Receita de Capital

A Receita de Capital totalizou cerca de 2,7 milhões de euros em 2019, o que corresponde a 10,26% da receita total, sendo o seu grau de execução de 38,27%.

Verifica-se uma percentagem de execução na rubrica de passivos financeiros de 99,87%, que corresponde aos valores com a contração do empréstimo de curto prazo, celebrado com a CGD, integralmente liquidado em 2019.

Destacamos ainda a rubrica de transferências de capital com uma percentagem de execução de 26,93%, mantendo-se as circunstâncias dos últimos anos no que respeita à imprevisibilidade da receita, nomeadamente no recebimento das obras financiadas, com valores por receber, e que corresponde a empreitadas em curso, ainda os 5% finais de obras já concluídas, ou ainda o acesso a fundos do quadro comunitário de apoio, Portugal 2020, alguns dos quais no âmbito da parceria existente com Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro (CIRA), explanada no quadro infra:

Descrição	2017	%	2018	%	2019	%	2019/2018
Transferências de Capital	488 518,68 €	7,43%	405 541,48 €	6,31%	1 613 610,61 €	21,24%	297,89%
Administração Central	351 988,00 €	72,05%	345 758,93 €	85,26%	591 150,00 €	36,64%	70,97%
Fundo de Equilíbrio Financeiro	351 988,00 €	72,05%	345 527,00 €	85,20%	329 381,00 €	20,41%	-4,67%
Art. 35.º, n.º 3 da Lei n.º 73/2013	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	261 769,00 €	44,28%	100,00%
Outros	0,00 €	0,00%	231,93 €	0,06%	0,00 €	0,00%	-100,00%
Participação Comunitária	136 530,68 €	27,95%	59 782,55 €	14,74%	1 022 460,61 €	63,36%	1610,30%

De igual forma e à semelhança das receitas correntes, apresentamos um gráfico demonstrativo da divisão por rubricas das receitas de capital.



DESPESA

Execução Orçamental da Despesa

Neste capítulo, propomo-nos a analisar as despesas do Município, no ano de 2019.

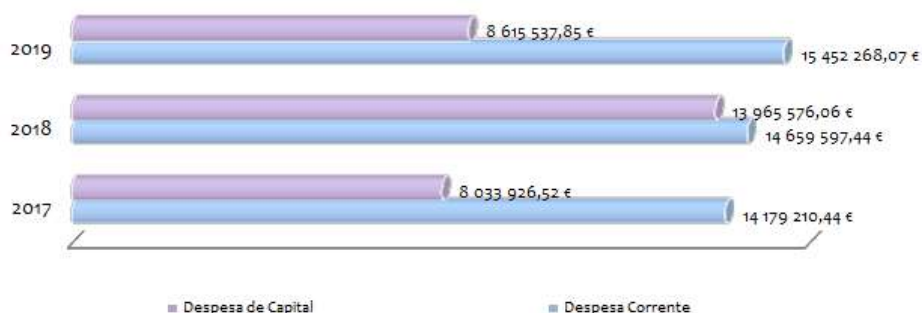
Procederemos a comparação dos valores inscritos no orçamento final com as despesas pagas, o que permitira chegar aos valores de execução das várias componentes da despesa.

Faremos também um estudo da evolução das despesas ao longo dos últimos exercícios, bem como da sua estrutura.

Evolução da Despesa

Como já foi referido, a despesa global diminuiu no último exercício 4,6 milhões de euros (-15,92%), quando comparado com o ano de 2018, tendo a despesa corrente aumentado em cerca de 0,8 M€ (+5,41%) e a despesa de capital sofrido um decréscimo substancial de quase 5,4 M€ (-38,31%).

Do lado da despesa de capital, a variação observada regista-se essencialmente na rubrica passivos financeiros, justificado pela amortização integral, e a título excecional, da dívida total do empréstimo PAEL, que ocorreu em 2018.



Ainda no que respeita à despesa de capital, o valor que consta na rubrica de “Ativos Financeiros” respeita à contribuição para o Fundo de Apoio Municipal (FAM), cujos pagamentos têm o seu término no ano de 2020.

Grau de Execução da Despesa

O total de despesa global paga em 2019 ascendeu a 24.067.805,92 de euros apresentando uma taxa de execução de 81,88%, quando em período homólogo de 2018 era de 83,25% e em 2017 de 82,25%.

É também uma orientação a ser maximizada por este executivo, e verifica-se aqui e igualmente uma tendência bastante meritória, mantendo a percentagem de execução acima dos 80%, no último triénio.

Quanto à estrutura do orçamento executado da despesa, verificamos que a despesa corrente tem um peso relativo de 64,20%, totalizando 15,5 milhões de euros, e a despesa de capital, com um total pago de quase 8,6 milhões de euros, representa 35,80%.

Quanto ao nível de execução em relação às dotações corrigidas representados no quadro infra, as despesas correntes atingem os 84,86%, enquanto as despesas de capital cifram-se em 77,03%, de acordo com a análise que se segue.

Despesa Corrente

A despesa corrente realizada tal como referido ascendeu a 15,5 milhões de euros, apresentando um crescimento de 5,41%, ou seja, cerca de 0,8 milhões de euros do que em 2018.

O grau de execução do orçamento das despesas correntes foi de 84,86%, ficando 2,8 milhões e euros abaixo do orçamentado. As principais variações negativas em relação ao orçamento final referem-se à aquisição de bens e serviços (-2,1 M€), nas despesas com pessoal (-0,48 M€) e nas transferências correntes (-0,15 M€).

Despesa	Dotações Corrigidas	Despesas Pagas €	%	Variação	% Execução
DESPESA CORRENTE	18 208 796,19 €	15 452 268,07 €	64,20%	-2 756 528,12 €	84,86%
DESPESAS COM O PESSOAL	6 559 196,19 €	6 084 087,42 €	25,28%	-475 108,77 €	92,76%
AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	10 858 250,00 €	8 759 353,74 €	36,39%	-2 098 896,26 €	80,67%
JUROS E OUTROS ENCARGOS	73 600,00 €	66 932,75 €	0,28%	-6 667,25 €	90,94%
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	527 750,00 €	378 459,78 €	1,57%	-149 290,22 €	71,71%
SUBSÍDIOS	10 000,00 €	0,00 €	0,00%	-10 000,00 €	0,00%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	180 000,00 €	163 434,38 €	0,68%	-16 565,62 €	90,80%
DESPESA DE CAPITAL	11 185 203,81 €	8 615 537,85 €	35,80%	-2 569 665,96 €	77,03%
AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	6 304 820,06 €	3 839 275,77 €	15,95%	-2 465 544,29 €	60,89%
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1 705 933,75 €	1 642 197,09 €	6,82%	-63 736,66 €	96,26%
ATIVOS FINANCEIROS	120 000,00 €	82 621,50 €	0,34%	-37 378,50 €	68,85%
PASSIVOS FINANCEIROS	3 054 450,00 €	3 051 443,49 €	12,68%	-3 006,51 €	99,90%
	29 394 000,00 €	24 067 805,92 €		-5 326 194,08 €	81,88%

As aquisições de bens e serviços mantém-se como a rubrica de despesa com maior influência (56,69% das despesas correntes e 36,39% das despesas totais), apresentando um total pago de 8,8 milhões de euros, 8,06% acima do valor de 2018.

As despesas com pessoal ascenderam a 6,1 milhões de euros, representando 39,37% das despesas correntes e 25,28% do total das despesas, superior ao valor registado em 2018, subdivididas conforme quadro infra:

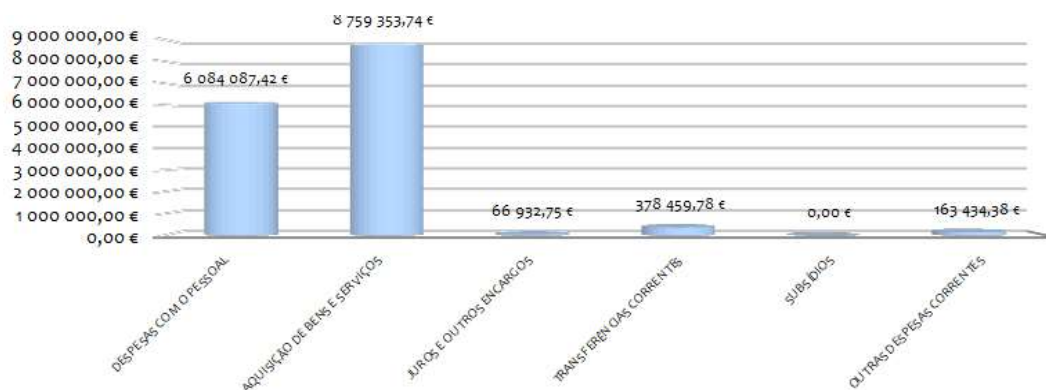
Descrição	2017	%	2018	%	2019	%	2019/2018
Despesas com Pessoal	5 581 875,38 €	100,00%	5 863 718,50 €	100,00%	6 084 087,42 €	100,00%	3,76%
Remunerações Certas e Permanentes	4 344 026,72 €	77,82%	4 499 963,02 €	76,74%	4 606 784,47 €	75,72%	2,37%
Segurança Social	1 122 334,04 €	20,11%	1 202 281,22 €	20,50%	1 331 292,46 €	21,88%	10,73%
Abonos Variáveis	115 514,62 €	2,07%	161 474,26 €	2,75%	146 010,49 €	2,40%	-9,58%

As transferências correntes ascenderam a 0,38 milhões de euros, mais 7.439,27 euros do que contabilizado no exercício anterior, concedidos às instituições sem fins lucrativos, bolsas de estudo entre outros, repartida da seguinte forma:

Descrição	2017	%	2018	%	2019	%	2019/2018
Transferências Correntes	345 241,71 €	18,12%	371 020,51 €	19,08%	378 459,78 €	18,73%	2,01%
Administração Local	158 570,14 €	45,93%	178 428,65 €	48,09%	183 422,25 €	48,47%	2,80%
Instituições s/ Fins Lucrativos	94 925,93 €	27,50%	84 288,85 €	22,72%	50 584,34 €	13,37%	-39,99%
Famílias	91 745,64 €	26,57%	108 303,01 €	29,19%	144 453,19 €	38,17%	33,28%

Importante também salientar a substancial diminuição, comparativamente com 2018, na rubrica de juros e outros encargos suportados pelo Município, aqui incluídos os juros às entidades financeiras, e aos fornecedores, redução esta a manter e se possível a reduzir, designadamente na componente de juros a fornecedores. Importa ainda referir que, no que respeita aos juros bancários, nota-se uma diminuição de quase 90 mil euros, dos quais 70 mil euros fruto da contratação do empréstimo que substituiu o PAEL.

O gráfico infra reflete o peso de cada uma das parcelas nas despesas correntes.



Despesa de Capital

Tendo em consideração a análise do quadro das despesas pagas, constatamos que as despesas de capital atingiram 8,6 milhões de euros, com uma taxa de execução de 77,03%.

O capítulo “*Aquisição de Bens de Capital*” representa 44,56% do total das despesas de capital, ou seja, 3,8 milhões de euros. A taxa de execução de 60,89% alcançada nesta rubrica diminuiu, quando comparada com os anos anteriores, nomeadamente em 2018 (65,82%) e 2017 (73,02%).

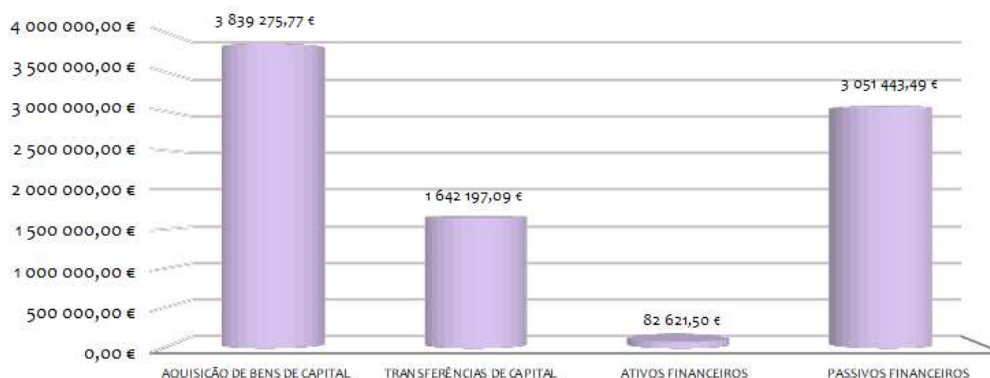
Encontram-se incluídas na rubrica transferências de capital, que atingiu uma apreciável taxa de execução de 96,26%, as transferências para as Freguesias (350 mil euros), para a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Ílhavo, com cerca de 143 mil euros, bem como os acordos de cooperação celebrados com diversas entidades com finalidades distintas, designadamente culturais, desportivas, recreativas e sociais entre outras, e que corresponde a um aumento, estabelecendo paralelismo com o período anterior, de um ponto percentual, conforme o resumo infra:

Descrição	2017	%	2018	%	2019	%	2019/2018
Transferências de Capital	1 560 409,98 €	81,88%	1 573 315,00 €	80,92%	1 642 197,09 €	81,27%	4,38%
Administração Local	322 938,28 €	20,70%	494 811,54 €	31,45%	461 489,87 €	28,10%	-6,73%
Freguesias	300 000,00 €	19,23%	300 000,00 €	19,07%	350 000,00 €	21,31%	16,67%
Outros	22 938,28 €	1,47%	194 811,54 €	12,38%	111 489,87 €	6,79%	-42,77%
Instituições s/ Fins Lucrativos	1 233 671,70 €	79,06%	1 078 503,46 €	68,55%	1 178 433,20 €	71,76%	9,27%
Famílias	3 800,00 €	0,24%	0,00 €	0,00%	2 274,02 €	0,14%	100,00%

O valor inscrito na rubrica de ativos financeiros, conforme já referido, corresponde à despesa realizada com a participação do Município na contribuição para o Fundo de Apoio Municipal (FAM), cujo valor foi alterado de acordo com as orientações da Lei 114/2017 (OE2018).

As despesas com passivos financeiros, no valor de 3,1 milhões de euros, correspondem, na sua totalidade, a amortização de empréstimos bancários.

De igual forma e à semelhança das despesas correntes, apresentamos um gráfico demonstrativo da divisão por rubricas das despesas de capital.



LIMITES LEGAIS

Equilíbrio Orçamental

Segundo o princípio do equilíbrio orçamental consagrado no POCAL, o orçamento das autarquias deve prever os recursos necessários para cobrir todas as despesas, e as receitas correntes devem ser pelo menos iguais às despesas correntes, permitindo a aplicação desta regra a formação de um saldo corrente, possibilitando a sua aplicação em despesas de investimento.

O total de receita arrecadada pelo Município de Ílhavo, tem vindo a superar largamente os pagamentos realizados, registando-se em 2019 num saldo corrente de 7,1M€, conforme o evidenciado no quadro que se segue.

EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL - NOS TERMOS DO POCAL

RUBRICAS	2016	2017	2018	2019
Receitas Correntes	20 801 428,39 €	21 579 377,00 €	22 555 718,19 €	22 548 422,67 €
Despesas Correntes	12 701 677,10 €	14 179 210,44 €	14 659 597,44 €	15 452 268,07 €
Saldo Corrente	8 099 751,29 €	7 400 166,56 €	7 896 120,75 €	7 096 154,60 €

Não obstante o princípio do equilíbrio orçamental sobredito, o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, publicado através da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, no seu artigo 40.º, determina ainda que as receitas correntes devem ser pelo menos iguais às despesas correntes, acrescidas das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo.

Aliado ao bom desempenho financeiro do Município de Ílhavo evidenciado pela poupança corrente do exercício, no valor de 7,1 milhões de euros, destaca-se ainda em 2019 um saldo de equilíbrio orçamental de 5,5 milhões de euros obtidos através do apuramento do saldo corrente deduzido das amortizações dos empréstimos de médio e longo prazo, cumprindo-se com elevada margem o limite legal.

EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL - NOS TERMOS DA LEI 73/2013

Rubricas	Valor
Receitas Correntes Cobradas Brutas	22 548 422,67 €
Despesas Correntes Pagas	15 452 268,07 €
Saldo Corrente	7 096 154,60 €
Amortização Média dos EMLP	1 559 319,21 €
Saldo de Equilíbrio Orçamental	5 536 835,39 €

O excedente verificado permite potenciar o investimento a realizar pelo município numa lógica de equilíbrio orçamental e equidade das gerações futuras, princípios fundamentais que devem regular a atividade financeira das autarquias.

Limite da Dívida Total

A Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, introduziu um novo conceito de dívida. Deixa de existir o trinómio endividamento líquido, de médio e longo prazo e de curto prazo, circunscrevendo-se apenas a um limite, o de dívida total.

De acordo com o art.º 52.º, a dívida total de operações orçamentais do Município não pode ultrapassar em 31 de dezembro de cada ano 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três últimos exercícios.

A acrescentar a isto, uma das novidades deste regime jurídico prende-se com a trajetória de crescimento/ajustamento que um Município deve ter, quer cumpra com os limites ou não. A antiga Lei das Finanças Locais apenas previa uma trajetória de ajustamento no caso de incumprimento do limite.

Passando a explicar, sempre que um Município não cumpra o limite, deve reduzir, no exercício subsequente, pelo menos 10% do montante em excesso, até que aquele limite seja cumprido, sem prejuízo, do previsto na secção III, que se refere ao alerta precoce e recuperação financeira. Cumprindo o limite, só pode aumentar, em cada exercício económico, o valor correspondente a 20% da margem disponível no início de cada um dos exercícios.

A situação da dívida total da estrutura municipal a data de 31 de dezembro de 2019, apresenta-se no quadro seguinte:

Apuramento do limite da "Dívida Total" a 31/12/2019		
Total receita cobrada nos 3 últimos anos		64 763 414,33 €
Receita corrente cobrada líquida em 2016	20 962 602,54 €	
Receita corrente cobrada líquida em 2017	21 333 506,18 €	
Receita corrente cobrada líquida em 2018	22 467 305,61 €	
Média da receita		21 587 804,78 €
1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos últimos 3 anos		32 381 707,17 €
Apuramento da Dívida Total		
Dívida total operações orçamentais do Município		8 422 657,17 €
Fornecedores c/c	841 359,30 €	
Empréstimos	6 311 407,61 €	
Fornecedores imobilizado	100 057,25 €	
Outros Devedores e Credores (operações orçamentais)	1 169 833,01 €	
Dívida das entidades relevantes para efeitos de limites da Dívida Total (a)		676 529,86 €
Dívida Total a 31/12/2019 excluindo operações extraorçamentais e FAM (b)		9 099 187,03 €
Capacidade de endividamento		
Limite da dívida total da Autarquia calculada a 31/12/2019		32 381 707,17 €
Montante da dívida total em 31/12/2019 (excluindo operações extraorçamentais e FAM)		9 099 187,03 €
Margem absoluta		23 282 520,14 €
Margem utilizável (20% - alínea b) do n.º 3 do artº 52º)		4 656 504,03 €
Limite da Dívida Total 2020 (Dívida Total + Margem Utilizável)		13 755 691,06 €

(a) Na data de reporte as entidades relevantes para efeitos de limites da dívida total, ainda não tinham realizado as operações de fecho de exercício, e como tal foram considerados os valores referentes ao exercício de 2018. (b) O montante da contribuição para o Fundo de Apoio Municipal não releva para o limite da dívida total (Nota Explicativa emitida pelo SATAPOCAL).

Ora, os valores indicam que, no final do exercício de 2019, a dívida total de operações orçamentais do Município, à semelhança do ano de 2018, é significativamente inferior à média das receitas correntes dos últimos três anos, atingindo até, um resultado abaixo de metade do limite legal, o que se traduz num excelente indicador.

Tendo em conta a margem de endividamento disponível, o município poderia aumentar o seu endividamento em 2020 até ao montante de 13.755.691,06€, como se pode aferir no quadro acima. Assim, no final deste exercício o Município de Ílhavo apresenta uma situação bastante confortável no que respeita ao indicador da dívida total, prosseguindo, desta forma, no sentido de uma redução sustentada e progressiva do endividamento, independentemente da margem utilizável obtida.

Taxa de Execução da Receita

O limite introduzido pela Lei das Finanças Locais (Lei 73/2013), define uma taxa mínima de 85% para a execução do orçamento da receita, de acordo com o n.º 3 do artigo 56.º, cuja finalidade será o de limitar a sobreorçamentação da receita, impedindo a realização de despesas orçamentais sem que se verifique a existência de meios monetários para liquidação, uma vez que estes são acautelados pela execução da receita.

Na eventualidade deste limite não ser cumprido em dois exercícios consecutivos, é ativado um alerta precoce em que são obrigatoriamente informadas de tal facto os membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e das autarquias locais, bem como o presidente do órgão executivo e deliberativo do município.

Acresce o cumprimento do objetivo a que este executivo se propôs, isto é, que a execução da sua receita ultrapassasse a percentagem indicativa constante da Lei das Finanças Locais (85%), com a percentagem de 88,76%, ficando deste modo o Município de Ílhavo fora dos alertas precoces definidos na referida Lei.

TAXA DE EXECUÇÃO DA RECEITA - NOS TERMOS DA LEI 73/2013

	Ano	Limite Legal	Valor Município	Margem %
Taxas de Execução	2017	85,00%	85,09%	0,09%
	2018	85,00%	85,88%	0,88%
	2019	85,00%	88,76%	3,76%

Pagamentos em Atraso

De acordo com a Lei n.º 8/2012, e à semelhança de exercícios anteriores, a Câmara Municipal de Ílhavo não apresenta pagamentos em atraso, isto é, não tem contas a pagar que permaneçam nessa situação mais de 90 dias posteriormente à data de vencimento acordada ou especificada na fatura, contrato, ou em documentos equivalentes.

O prazo de pagamentos a fornecedores é, à data de 31 de dezembro (últimos dados recolhidos na plataforma da DGAL – valores provisórios) de 34 dias, o que se revela uma conduta rigorosa na regularização das obrigações assumidas.

PAGAMENTOS EM ATRASO

	Ano	Prazo Médio de Pagamentos
PMP	2017	47
	2018	51
	2019	34

CONCLUSÃO

O rigor e transparência na gestão e a conscienciosa aplicação do erário público compõem os pilares primordiais da política orçamental do Município de Ílhavo. O desenvolvimento social, económico e cultural constitui, neste ciclo político, os vetores capitais do orçamento municipal, assegurando o controlo da dívida global e a seletividade da despesa municipal.

No entanto, a conjuntura económica e política do país tem incontestáveis efeitos na administração e gestão autárquica. Esses efeitos tornam-se ainda mais distintos se considerarmos que, embora as autarquias locais preservem autonomia administrativa, financeira e política para regulamentarem e gerirem, nos termos da lei, sob sua responsabilidade e que visa a prossecução de interesses intrínsecos da sociedade, permanecem ainda regras e procedimentos que limitam a autonomia efetiva do poder local, particularmente, na gestão dos fundos comunitários que, certamente, teriam atenuado os atrasos verificados na execução do Portugal 2020. Realça-se ainda, neste universo, os inúmeros projetos apresentados estrategicamente no Plano Plurianual de Investimentos e no Plano de Atividades Municipais, estabelecidos com a finalidade de potenciar a sua inclusão no quadro comunitário de apoio, Portugal 2020, alguns dos quais resultantes da parceria existente com Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro (CIRA).

Contudo, beneficiando das oportunidades presentes, atenta na gestão das contrariedades atuais, ativa e solidária mantemos de forma fortalecida, e com a mesma ambição, a determinação e a responsabilidade da gestão da Câmara Municipal na materialização do importante ciclo de investimentos que continuamos

a prosperar. Continuamos, pois, convictos que a economia nacional tem atualmente à sua disposição condições únicas, para prosperar de forma participativa, incessante e inclusiva.

Destaca-se que o Município de Ílhavo manter-se-á bastante distante do limite legal de dívida total previsto na lei das finanças locais, superando ano após ano os 85% de realização da receita, apresenta fundos disponíveis positivos, em sentido oposto não apresenta quaisquer pagamentos em atraso e detém um reduzido índice na relação trabalhadores/população sendo a produtividade daqueles de excelência.

Pelo verificado, indubitavelmente se conclui que este Município possui uma boa robustez financeira, destacando-se o notável relacionamento com os mais diversos intervenientes, distinguindo-se o crescimento sustentado do investimento em imobilizado corpóreo realizado nos últimos anos, resultado de uma prudente e eficiente política financeira que permanece, igualmente, pautada para uma redução planeada e progressiva do endividamento.